

Nascimento Brandão, Cristiane; Barbieri, José Carlos; Reyes Junior, Edgar; de Moura João, Cristina
Análise da produção científica internacional sobre turismo indígena de 1990 a 2013: um estudo bibliométrico e
proposição de uma agenda de pesquisa
PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural, vol. 12, núm. 4, septiembre-diciembre, 2014, pp. 673-684
Universidad de La Laguna
El Sauzal (Tenerife), España

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=88132457002>



PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural,
ISSN (Versão impressa): 1695-7121
info@pasosonline.org
Universidad de La Laguna
España

Como citar este artigo

Número completo

Mais informações do artigo

Site da revista

Análise da produção científica internacional sobre turismo indígena de 1990 a 2013: um estudo bibliométrico e proposição de uma agenda de pesquisa

Cristiane Nascimento Brandão* **José Carlos Barbieri****
Edgar Reyes Junior*** **Cristina de Moura João******

EAESP/Fundação Getulio Vargas (Brasil)

Resumo: O turismo indígena é um segmento que vem crescendo no mundo todo. Este artigo apresenta um estudo bibliométrico que analisa a produção científica sobre o campo de estudo do turismo indígena em periódicos internacionais entre 1990 e 2013. Este estudo faz-se relevante dada à tendência crescente em implantar o turismo para possibilitar o desenvolvimento econômico em comunidades indígenas, utilizando seu território, cultura e história como atrativos potenciais. Ao analisar os artigos publicados, foram identificados temas centrais, como ecoturismo e turismo sustentável, bem como temas periféricos, como governança e política pública de turismo. Além disso, a presente pesquisa mostra a centralidade do tema desenvolvimento sustentável no conjunto dos artigos analisados. O artigo esboça uma agenda de pesquisa, com indicações de lacunas e sugestões para incentivar pesquisas nesse campo de estudo e assim contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades indígenas.

Palavras-chave: Turismo indígena, desenvolvimento sustentável, turismo sustentável, ecoturismo, produção científica.

Analysis of the Scientific Production International Indigenous Tourism 1990 to 2013: A bibliometric study and proposal of a research agenda

Abstract: Indigenous tourism is a growing segment worldwide. This paper presents a bibliometric study that analyzes the scientific literature on the field of study of indigenous tourism in international journals between 1990 and 2013. This study is relevant given the growing trend in tourism deploy to enable economic development in indigenous communities, using their territory, culture and history as potential attractions. While parsing published articles central themes such as ecotourism and sustainable tourism were identified as well as peripheral issues such as governance and public tourism policy. Furthermore, this research shows the centrality of the issue of sustainable development in all analyzed articles. The article outlines a research agenda, with indications of gaps and suggestions to encourage research in this field of study and contribute to the sustainable development of indigenous communities.

Key Words: Indigenous tourism, sustainable development, sustainable tourism, ecotourism, scientific production.

* Doutoranda em Administração de Empresas – Fundação Getulio Vargas/EAESP/FGV, e-mail: cristianne.brandao@gmail.com

** Doutor em Administração de Empresas EAESP/FGV e-mail: jose.barbieri@fgv.br

*** Doutor em Administração de Empresas/UFRR, e-mail: edgarreyes2000@yahoo.com.br

**** Mestre em Administração de Empresas – EAESP/FGV, e-mail: crismoura81@gmail.com

1. Introdução

Conforme menciona Weaver (2010), o turismo indígena é uma modalidade consolidada no contexto internacional, especialmente na Austrália, Nova Zelândia e Canadá. Para o autor, tal fato pode ser constatado no aumento das publicações acerca desse campo de estudo nesses países. Nesse contexto, uma tendência observada é que o turismo vem sendo introduzido nas comunidades indígenas e outras comunidades étnicas com o objetivo de criar oportunidades de melhoria nos padrões de vida e emprego, além de possibilitar o desenvolvimento econômico desses povos, aproveitando sua cultura, história e seu território como atrativos potenciais.

Cada vez mais, nota-se na produção científica referente ao tema o aumento da preocupação com a sustentabilidade da atividade turística. O conceito de turismo sustentável vem ganhando popularidade como sendo uma forma de mitigar os efeitos negativos do turismo e incentivar suas influências positivas.

Porém é ampla a variedade de teorias utilizadas para o entendimento dessa realidade. Daí a necessidade de se realizar o mapeamento dos temas estudados e publicados a respeito do turismo indígena, bem como eles se relacionam com outras formas assemelhadas de turismo, como turismo de base comunitária, ecoturismo, e etnoturismo e outros. Da mesma forma é ampla a variedade de atores sociais envolvidos no fenômeno.

O objetivo deste artigo é, assim, analisar a produção científica sobre o campo de estudo do turismo indígena, com vistas a apontar a fronteira do conhecimento no turismo indígena, dado que o conhecimento gerado por meio das produções científicas proporciona a expansão e disseminação dos estudos da área, bem como apresenta suas tendências e variações.

Após esta breve introdução, este artigo está estruturado da seguinte maneira: inicialmente, são abordadas algumas considerações sobre turismo; turismo indígena; turismo sustentável; turismo de base comunitária e desenvolvimento sustentável. Na sequência, apresenta-se a metodologia utilizada para realizar a pesquisa bibliográfica, os resultados encontrados e sua análise e uma avaliação das limitações da pesquisa. Ao final do artigo são apresentadas considerações sobre eventual agenda pesquisa sobre turismo indígena com base nos achados da pesquisa.

2. Referencial teórico

O turismo é um fenômeno de grande importância social e econômica da sociedade moderna e está diretamente ligado aos aspectos históricos, como:

aumento do tempo livre, melhorias das comunicações, transporte moderno e urbanização (UN, 2008). Ele ganhou fama de ser uma atividade que cria oportunidades de negócios, empregos, renda e divisas, proporcionando serviços como transporte, alojamento, alimentação, bebidas, viagens, dentre outros (TIMUR, 2004).

Associado a ideia de que gera desenvolvimento econômico, o turismo tomou a fama de ser uma panaceia, solucionando todos os problemas econômicos e sociais de localidades em desenvolvimento, além de auxiliar na proteção de áreas ambientais (BINNS e NELT, 2002). Entretanto, esta atividade pode causar impactos negativos, como deterioração do meio ambiente e distorção de padrões culturais locais (CABEZAS, 2008). Sendo assim, Alberton et al. (2009) destaca que é necessário avaliar e planejar sua utilização, tendo em vista as adversidades que podem ser consequências de uma atividade turística mal planejada.

Segundo a definição da Organização Mundial do Turismo (OMT), turismo é o conjunto de atividades que as pessoas realizam durante viagens e estadas a lugares distintos de seu entorno habitual, por um período inferior a um ano, com fins de lazer, negócios e outros motivos não relacionados com o exercício de uma atividade remunerada no lugar visitado (OMT, 2001; UN, 2008).

O Ministério do Turismo adota o conceito definido no Congresso da Associação Internacional dos Cientistas Especializados em Turismo (AIEST), em 1981: “turismo é o movimento de pessoas, por tempo determinado, para destinações fora de seu local de residência, e as atividades realizadas durante o tempo de permanência nas localidades visitadas.” O Ministério também classifica o turismo em doze segmentos, a saber: turismo cultural, ecoturismo, turismo de aventura, turismo náutico, turismo de pesca, turismo de esportes, turismo social, turismo de estudos e intercâmbio, turismo de sol e praia, turismo de negócios e eventos, turismo rural e turismo de saúde (BRASIL, 2007).

Como se vê, apesar da marcante presença da cultura indígena no Brasil, o turismo indígena não está entre as modalidades priorizadas pelo Ministério do Turismo. Esse fato é preocupante porquanto se sabe que as comunidades indígenas veem o turismo em suas áreas como uma forma de desenvolvimento local e divesas iniciativas tribais já estão em curso no momento para implementação do turismo nestas áreas, como mostra Brandão (2013). A ausência do turismo indígena na relação do Ministério do Turismo denota uma falta de atenção do poder público para essa modalidade de turismo que pode ser considerada uma atividade econômica importante para as comunidades indígenas e, conseqüentemente, de políticas públicas

específicas para essa modalidade. Muitas dessas áreas dispõem de atrativos naturais, culturais e históricos próprios que favorecem a atividade turística e pode proporcionar benefícios econômicos significativos a toda comunidade local (OMT, 2001).

2.1. Turismo indígena

O turismo indígena, como campo de estudo científico, teve início nas pesquisas em antropologia na década de 1970 (HINCH; BUTLER, 1996) e apenas em 1990 foi inserido no contexto do desenvolvimento econômico e estratégico por meio do estudo da relação entre comunidades indígenas, áreas protegidas e ecoturismo (SMITH, 2006).

Para a ONU, mais precisamente para o Fórum Permanente das Nações Unidas sobre Questões Indígenas de 2009, comunidades, povos e nações indígenas são aqueles que se reconhecem a si mesmos como pertencentes a um setor distinto da sociedade e preocupam-se em perpetuar às gerações futuras sua identidade, padrões culturais, territórios ancestrais, identidade étnica, instituições sociais e sistemas jurídicos. Assim, o indígena é aquele que se identifica como tal e, para sua comunidade, a continuação de sua cultura e sociedade depende da manutenção de aspectos importantes, como por exemplo, o território.

A Agenda 21 ressalta o relacionamento histórico entre as comunidades indígenas e suas terras. Segundo a Seção III, Capítulo 26 da Agenda 21, os indígenas vivem no mesmo território que seus habitantes originais, garantindo a manutenção e a continuação do desenvolvimento de um conhecimento tradicional e holístico dos recursos naturais e do meio ambiente que já vinha sendo aperfeiçoado por seus antecedentes.

A Convenção da Biodiversidade (CDB) estabelece que cada Estado signatário deve na medida do possível respeitar, preservar e manter o conhecimento, inovações e práticas das comunidades locais e populações indígenas com estilo de vida tradicionais relevantes à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica (art. 8º). Ou seja, a CDB reconhece que as comunidades indígenas estabelecem uma relação importante com o território. Conforme Swarbrooke (2000) a cultura e o modo de vida dos pode contribuir para a conservação do meio ambiente e da biodiversidade local.

Segundo Hinch e Butler (1996), turismo indígena é uma atividade onde a comunidade indígena está diretamente envolvida por meio do controle desta atividade ou por meio da cultura como essência da atração turística. Assim, os autores destacam dois conceitos chave para a identificação deste tipo de turismo: (1) controle pela própria comunidade que monitora o desenvolvimento da atividade de

acordo com os fatores que considera críticos; e (2) cultura indígena como atrativo. A ausência da cultura descaracteriza o turismo indígena que passa considerado turismo étnico ou outra modalidade turística. Nesse contexto, Butler (1999) ressalta a importância do desenvolvimento de um turismo sustentável, monitorado por indicadores precisos e confiáveis, de modo que se possam minimizar os riscos de que a atividade turística não seja benéfica para os povos indígenas.

2.2. Turismo Sustentável

O conceito de turismo sustentável surgiu ao final da década de 1960, com a explosão das viagens e do turismo em massa. Em 1970, começa uma preocupação com os impactos negativos causados por esta atividade e então, na década de 1980, com a influência do conceito de desenvolvimento sustentável, o turismo de massa começa a ser questionado e a expressão “turismo sustentável” passa a ser utilizada. Dez anos depois, esta expressão torna-se frequente, bem como, o papel das comunidades locais e indígenas começa a ser reconhecido como facilitadoras deste processo (SWARBROOKE, 2000)

Diferente das outras modalidades classificadas pelo Ministério do Turismo, o turismo sustentável pode ser aplicado a todos os outros tipos, ou seja, esta não é uma forma básica de turismo ou modalidade de turismo como seria, por exemplo, turismo cultural, de esporte ou de pesca, mas uma maneira de realizar qualquer uma das existentes (NETO, 2003). Essa ideia é central entre as entidades da ONU como a UNESCO, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP) e a Organização Mundial do Turismo (OMT). Alguns autores da área defendem que não há definição exata para o conceito de turismo sustentável e que muitas vezes ele é entendido como uma ideologia ou ponto de vista, e não como uma definição operacional exata (SAARINEN, 2006). Swarbrooke (2000) corrobora com este ponto de vista, ressaltando que a interpretação do termo permanece vaga e sem definição de métodos para sua implementação.

O entendimento mais utilizado e aceito na literatura de turismo sustentável foi desenvolvido pela OMT, para quem o turismo sustentável favorece uma gestão na qual conserva os recursos de maneira a satisfazer as necessidades econômicas, sociais e estéticas mantendo, simultaneamente, a cultura, o meio ambiente e seus processos vitais e a biodiversidade. O objetivo deste tipo de turismo é atender as necessidades atuais dos turistas e das comunidades receptoras, sem comprometer a capacidade de atender igualmente as necessidades das gerações futuras (WTO, 2005). Como se vê esse entendimento faz eco da amplamente conhecida

definição de desenvolvimento constante no Relatório Brundtland ou também denominado Nosso Futuro Comum (CMMAD, 1987), assunto que voltará a ser tratado mais adiante.

Douglas (2006), Ruhanen (2006), Lim e Cooper (2009) defendem que os processos de gestão dos destinos turísticos devem estar sobre uma estrutura que englobe política, planejamento e desenvolvimento, para assegurar a distribuição equitativa dos benefícios do turismo para todas as partes interessadas, ou seja, os resultados do turismo sustentável devem satisfazer ambiental, social e economicamente a todos os *stakeholders*, de maneira a encontrar um ponto de equilíbrio entre as partes envolvidas. Byrd (2007) ressalta que o turismo possui a natureza intrínseca de gerar efeitos tanto positivos quanto negativos sobre a comunidade receptora, sua economia e ao meio ambiente na localidade. Deste modo, a OMT (2004) declara que para possibilitar o desenvolvimento de um turismo sustentável, é necessário monitorar constantemente os impactos, inserindo medidas preventivas ou corretivas sempre que necessário, visando à diminuição dos impactos negativos e a valorização dos positivos.

Dessa maneira, percebe-se que as diretrizes de desenvolvimento e das práticas de gestão do turismo sustentável podem ser aplicadas a todas as modalidades de turismo e para qualquer destino em que as dimensões ambientais, sociais e econômicos da sustentabilidade devem estar equilibradas para permitir que a atividade turística em uma localidade permaneça gerando fatores positivos por um longo prazo (OMT, 2002).

2.3. Turismo de Base Comunitária

Lopez-Guzmán et al (2011) observam que no início do século XXI, ocorreu uma mudança no gosto dos turistas, que passaram a buscar por novas modalidades de turismo. Tal fato pode ter sido impulsionado pela descoberta de destinos desconhecidos e inexplorados pela maioria dos turistas ou até pela vontade de conhecer locais e comunidades com diferentes costumes, cultura e história. As comunidades, por sua vez, perceberam neste interesse uma fonte alternativa de renda e, portanto, uma possibilidade de diminuir a pobreza. Estes dois fatores juntos possibilitaram que o turismo em comunidades permanecesse até os dias atuais.

Butts e Singh (2010) definem o turismo de base comunitária (TBC), como uma maneira de fazer com que as comunidades se envolvam e participem ativamente da gestão dos recursos ambientais e culturais de sua localidade, além de desenvolverem práticas que incentivem a conservação destes recur-

sos. Dessa maneira, o turismo de base comunitária contribui para o desenvolvimento sustentável no longo prazo, além de trazer benefícios imediatos para as comunidades e para os visitantes (KALSON, 2009). O TBC ainda pode ser considerado um instrumento potencial de inclusão social e de promoção do desenvolvimento sustentável por meio de uma participação ativa da população local, como afirmam Cordioli (2001) e Coriolano (2003).

O TBC, segundo Simpson (2008), difere das outras modalidades de turismo principalmente pelo princípio da transferência de benefícios para a comunidade receptora, que é a preocupação e o objetivo central deste tipo de turismo. Segundo o autor, o TBC está centrado no fornecimento de meios de subsistência e outros benefícios para a comunidade como um todo. Lopez-Guzmán et al (2011) salientam que a decisão de explorar os recursos naturais e culturais da localidade por meio da elaboração de políticas de desenvolvimento, deve vir da própria comunidade. Assim, segundo Maldonado (2009) a atividade turística entra como um complemento a qualquer atividade tradicional, fazendo com que esta seja potencializada, ao invés de ser suprimida. Dessa maneira, o TBC não só preserva a cultura e os costumes locais por meio da capacitação e incentivos, mas também desenvolve novas oportunidades de emprego, reforça a economia local e proporciona a perpetuação do conhecimento tradicional, das práticas tradicionais e, principalmente, incentiva a conscientização pública (CORDIOLI, 2001; CORIOLANO, 2003; e BUTTS, 2010).

Dessa maneira, observa-se a importância do TBC para o turismo indígena, onde a conservação e o uso sustentável do meio ambiente e da cultura são as engrenagens para o desenvolvimento desta atividade. Assim, para as comunidades indígenas em particular é indispensável que a importância da cultura seja reconhecida. Neste contexto, Fuller et al, (2007) recomenda que no turismo indígena sejam incluídos: os componentes natural e cultural; a sustentabilidade e a educação. Maldonado (2009) ressalta que o TBC é uma forma de organização empresarial que tem como base a propriedade e a autogestão dos recursos das comunidades, sejam eles ambientais ou culturais. Esta constatação também converge com a atividade do turismo indígena, que só é caracterizado como tal quando possui a participação efetiva da comunidade local na sua gestão, como destacado anteriormente.

Snow (1998) destaca que, por meio de um planejamento claro e orientado pelos próprios líderes (fato que incentiva a comunidade a reconhecer o planejamento vindo dela própria e não imposto por atores externos), é menos provável que o turismo cause impactos negativos. Neste sentido, o TBC é

um grande aliado, pois incentiva a comunidade a se apropriar dos recursos endógenos e da atividade turística.

2.4. Desenvolvimento Sustentável

A ideia de preservar o meio natural e social sem prejudicar o desenvolvimento econômico tomou forma a partir da década de 1970, quando numerosos informes abordando o tema foram publicados. Um dos primeiros e mais relevantes documentos até os dias atuais é a declaração final da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em 1972 em Estocolmo. A declaração ressalta a necessidade de unir a humanidade no esforço da preservação e melhoria do ambiente humano e traz a preocupação com a manutenção deste ambiente para as gerações futuras (UNEP, 1972).

A preocupação com as próximas gerações foi também citada em 1987, no lançamento do Relatório Brundtland, comentado anteriormente, que ressaltou a necessidade de um novo modelo de desenvolvimento, mais efetivo no sentido de integrar o crescimento econômico, a distribuição mais igualitária de riquezas e a conservação do meio ambiente, de modo a satisfazer as necessidades do presente sem comprometer as gerações futuras, conforme a famosa definição de desenvolvimento sustentável (CMMAD, 1991). Contudo, foi em 1992 na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), também conhecida como “Rio-92” ou “Cúpula da Terra”, que a expressão desenvolvimento sustentável passou a ser mais conhecida e utilizada. Foi também nesta Conferência que foi aprovada a Agenda 21, a Convenção da Mudança do Clima, a Convenção da Biodiversidade e a Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento contendo 27 princípios para orientar as nações a buscar um desenvolvimento equitativo que respeite o meio ambiente. O princípio 22 da Declaração estabelece que:

“... as populações indígenas e suas comunidades, bem como outras comunidades locais, têm papel fundamental na gestão do meio ambiente e no desenvolvimento, em virtude de seus conhecimentos e práticas tradicionais. Os Estados devem reconhecer a identidade, cultura e interesses dessas populações e comunidades, bem como habilitá-las a participar efetivamente da promoção do desenvolvimento sustentável.”

Lelel (1991) afirma que movimento do desenvolvimento sustentável não configurou um conjunto de conceitos, políticas critérios robustos. Segundo

ele, a eliminação da pobreza e da degradação ambiental não seria apenas por meio do crescimento econômico, pois a ocorrência delas é motivada também por causas estruturais, tecnológicas e culturais. Assim, ele ressalta que a sustentabilidade possui múltiplas dimensões e que devem ser desenvolvidos critérios, padrões, princípios compatíveis com níveis de sustentabilidade que, por sua vez, seriam baseados nas diferentes noções de equidade e justiça social.

Sachs (1993), diante desta complexidade, desdobra a sustentabilidade do desenvolvimento em dimensões que devem ser operacionalizadas simultaneamente. A dimensão ambiental tem por objetivo a redução do consumo de recursos naturais, de emissões de poluentes e de produção de resíduos; a dimensão social visa a melhoria das condições de vida das populações por meio da redução das diferenças sociais e garantia dos direitos humanos; a dimensão econômica busca alcançar uma gestão eficiente dos e a manutenção de fluxos de regulares de investimentos públicos e privados; a dimensão cultural refere-se à busca de concepções endógenas de desenvolvimento que respeitem as peculiaridades de cada ecossistema, de cada cultura e cada local; a dimensão especial visa a obtenção de um equilíbrio espacial baseado em uma melhor distribuição rural e urbana do território. A Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento criada pela UNESCO mostra que as formas de desenvolvimento também são determinadas por fatores culturais e não devem ser considerados como conceitos separados e estanques, pois o desenvolvimento e a economia fazem parte ou constituem aspectos da própria cultura de um povo.

Passado mais de 40 anos, os entendimentos sobre desenvolvimento sustentável continuam gerando polêmicas intermináveis, as críticas são muitas e variadas, como as que sublinham o seu caráter propositadamente vago com vistas a alcançar uma ampla adesão. Apesar disso, segundo a opinião de Barbieri et al (2010) o desenvolvimento sustentável ensejou um dos movimentos sociais mais importantes deste início de século como pode ser atestado por incontáveis iniciativas em todo mundo conduzidas por empresas, governos, entidades da sociedade civil, comunidades de todo tipo e tamanho, inclusive as tradicionais e indígenas. As questões centrais do desenvolvimento sustentável, como aquecimento global, segurança alimentar, redução da miséria em todo o mundo, educação para todos durante toda a vida, estão entre as principais preocupações dos seres humanos na atualidade. Outro fato que atesta a importância desse movimento é a incorporação dos seus princípios e objetivos em todas as atividades importantes como é caso do turismo sustentável comentado anteriormente.

3. Metodologia

Para se analisar o campo do turismo indígena fez-se uma análise das publicações em periódicos internacionais da área, no período de 1990 a 2012. Para tal, utilizou-se a bibliometria, que segundo Pritchard (1969) e Spinak (1998) consagrou-se como método multidisciplinar que analisa os aspectos mais importantes da produção científica com aplicação de análises estatísticas e matemáticas. Nesse contexto, o método é aplicado quando se pretende conhecer o estado da arte de diferentes áreas do conhecimento, bem como estudar as características, evolução, tendências e elaborar mapas que representem de forma adequada os aspectos quantitativos do conhecimento científico (Araújo, 2006; Santos e Kobashi, 2009).

A pesquisa estabeleceu um corte de vinte e dois anos. As buscas foram realizadas nas seguintes bases de dados: EBSCOhost, EMERALD, JStor; e Science Direct - principais bases de dados onde se encontram estudos sobre administração e turismo. Para a seleção dos artigos foram utilizadas uma combinação de palavras chave, entre elas: “ethnic tourism”; “indigenous tourism”; “tourism in protected areas+indigenous people”; “sustainable indigenous tourism”; “indigenous ecotourism”; “community-based tourism+ indigenous people”; “sustainable development + indigenous people” e “indigenous ecological tourism”. Como critério de seleção, o artigo analisado deveria citar, no resumo e no corpo do trabalho, pelo menos uma das palavras mencionadas acima. Foram selecionados 125 artigos, os quais foram lidos e classificados conforme mostra o Quadro 1.

Dos artigos selecionados, foram identificadas 90 variáveis dos critérios apresentados no Quadro 1, que foram tabuladas de forma a assumir um valor dicotômico, ou seja, o valor “1” para a existência no artigo e o valor “0” para a não existência. Sendo que mais de uma variável poderia ser escolhida para uma mesma dimensão de análise, conforme características do artigo analisado.

Para a análise dos dados, utilizou-se a Análise de Redes Sociais - ARS (*Social Network Analysis*), por meio dos *softwares* UCINET 6.171 e Netdraw 2.065. AARS foi utilizada com o objetivo de entender como as teorias abordadas nos artigos se relacionam (Wasserman e Faust, 1994) no campo de estudo do turismo indígena, bem como identificar temas centrais e periféricos nessa área de estudos. Nesse contexto, visando à comparação da centralidade dos temas abordados, foram utilizadas três medidas, a saber: centralidade de grau (*Degree*), centralidade geodésica (*Eigenvector*) e a centralidade de intermediação (*Betweenness*).

Segundo Wasserman e Faust (1994), no grau de centralidade os atores centrais possuem a maioria dos laços, sendo, portanto, os mais ativos. Já a centralidade de intermediação indica o grau em que uma teoria focal está localizada no caminho mais curto de ligação entre qualquer outra teoria. De outro modo, um ator atua como o elo entre duas variáveis que não estejam diretamente conectadas (Wasserman e Faust, 1994). A centralidade geodésica de um conceito é igual à soma de suas conexões com outros conceitos, ponderada pela centralidade de cada um destes outros conceitos (Bonacich, 1972, 1987 apud Oliver e Ebers, 1998).

Quanto maior for a centralidade geodésica de um determinado conceito, maior será o seu poder, em função de seu contato com atores distribuídos por toda a extensão da rede. De acordo com Wasserman e Faust (1994), a denominação “ator” pode se referir a pessoas, grupos, organizações, entre outros. Nesse trabalho, os atores são as abordagens teóricas identificadas na análise dos artigos.

4. Resultados

Nessa sessão, é apresentada a análise descritiva dos artigos publicados nos últimos vinte e dois anos, referentes ao campo de pesquisa sobre turismo indígena. Quanto aos periódicos em que os artigos foram publicados, a maioria encontra-se no *Annals of*

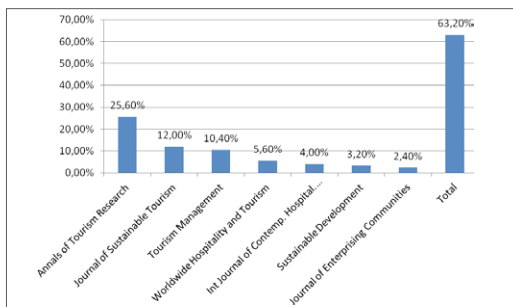
Quadro 1. Critérios de classificação dos artigos

Classificação	Descrição
Ano	Ano em que o artigo foi publicado.
Periódico	Periódico em que o artigo foi publicado.
Tipo de artigo	Teórico, empírico ou revisão de literatura.
Abordagem teórica	Quais teorias ou tópicos obtiveram maior relevância no escopo do artigo.
Procedência geográfica	Continente ou região em que o artigo foi realizado (Europa, África, Ásia, Oceania, América do Sul, América Central, América do Norte).
Unidade de análise	Atores sociais considerados nos estudos: comunidade local, setor privado ONGs, Governo, turistas, parque nacional, outros.

Tourism Research com 25,60% dos artigos. Seguido pelo *Journal of Sustainable Tourism* com 12% (ambos do Reino Unido) e pelo *Tourism Management* que apresentou 10,40% do total de artigos analisados, conforme se observa na Figura 1.

Na sequência, com 5,60% está o *Worldwide Hospitality and Tourism*; com 4% o *International Journal of Contemporary Hospitality Management*; com 3,2% o *Sustainable Development* e, por fim, com 2,4% o *Journal of Enterprising Communities*. Juntos, os periódicos mencionados são responsáveis por mais de 60% de toda a publicação do campo de pesquisa do turismo indígena.

Figura 1. Participação dos diferentes periódicos na divulgação do campo



Outros 36,8% das publicações são provenientes de periódicos diversos que contabilizaram apenas um artigo cada. A maioria desses periódicos não está diretamente relacionada ao estudo do turismo, como por exemplo, o *Human Rights Quartely*, *Pacific Affairs*, *Journal of the Southwest*, *Social & Cultural Geography*, *American Geographical Society*, *Geophysical Review*. Exceto os três últimos, que por serem da área de geografia, facilmente abordam o turismo.

Quanto à evolução da produção científica do campo de estudo do turismo indígena, a Figura 2 mostra que o número de artigos publicados manteve-se baixo durante a primeira metade da década de 1990, tendo aumentado rapidamente a partir de 1995. Nos anos seguintes, a produção manteve-se com uma de três artigos por ano.

A partir de 2000 a produção de estudos na área volta a aumentar e, se manteve crescente até os dias atuais, fato que demonstra um interesse renovado entre autores internacionais em disseminar conhecimento nesse campo de estudo. Esses dados estão de acordo com as observações de Hinch; Butler (1996) e Smith (2006), comentadas na seção 1.1 deste artigo.

Figura 2. Evolução e tendência da produção científica do campo (1990 – 2013)

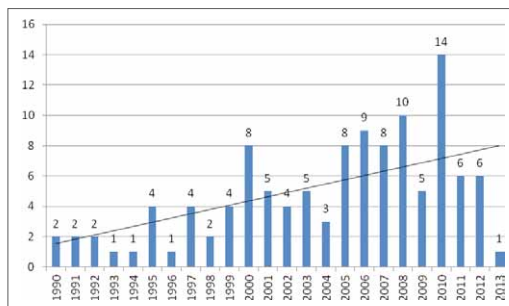
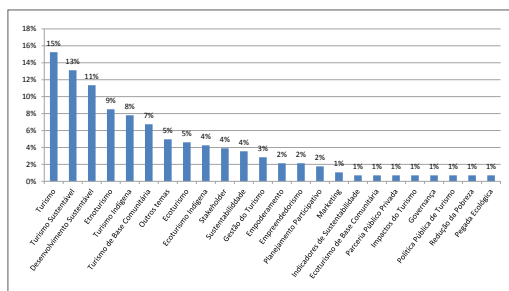


Figura 3. Teorias/temas de maior relevância no escopo dos trabalhos



A análise dos artigos identificou 24 tópicos de relevância (teorias), conforme Figura 3. As abordagens teóricas que apresentaram os maiores percentuais foram: *turismo* (presente em 15% dos artigos), seguida por *turismo sustentável* com 13%.

O tema *Desenvolvimento sustentável* está presente em 12% das publicações, *etnoturismo* e *turismo indígena* apareceram em 9% e 8%, respectivamente, e *turismo de base comunitária* esteve presente em 7% dos artigos analisados. Por meio da ampla gama de artigos que abordaram as temáticas *turismo sustentável* e *desenvolvimento sustentável*, verifica-se que, apesar do conceito *turismo* ser o grande campo de pesquisa, existe uma preocupação crescente com a sustentabilidade dessa atividade.

A análise seguinte refere-se ao poder relacional das abordagens teóricas, ou seja, mapear e identificar as relações de poder entre as diferentes teorias que permeiam o campo de estudos do turismo indígena. A teoria com maior grau de centralidade é a de *desenvolvimento sustentável* com 0,783, seguida pelo *turismo sustentável* com 0,739, o que significa que essas duas temáticas são as que mais influenciam as demais teorias do subcampo. De outra maneira, são abordagens teóricas que possuem a maioria dos laços e são, portanto, as

Tabela 1. Poder relacional das abordagens teóricas

Temas abordados	Medidas de Centralidade		
	Grau	Geodésica	Intermediação
Desenvolvimento Sustentável	0,783	0,448	0,135
Turismo Sustentável	0,739	0,445	0,137
Turismo Indígena	0,696	0,398	0,141
Turismo	0,696	0,441	0,052
Turismo de Base Comunitária	0,696	0,428	0,096
Ecoturismo	0,609	0,364	0,08
Ecoturismo Indígena	0,609	0,406	0,032
Sustentabilidade	0,533	0,353	0,015
Empoderamento	0,478	0,328	0,012
Planejamento Participativo do Turismo	0,435	0,300	0,008
Stakeholder	0,435	0,302	0,011
Gestão do Turismo	0,391	0,264	0,012
Etnoturismo	0,348	0,183	0,022
Parceria Público Privada	0,304	0,209	0,000
Impactos do Turismo	0,304	0,194	0,002
Indicadores de Sustentabilidade do Turismo	0,261	0,192	0,000
Empreendedorismo	0,261	0,194	0,000
Política Pública de Turismo	0,261	0,188	0,001
Outros temas	0,261	0,177	0,002
Governança	0,217	0,105	0,005
Ecoturismo de Base Comunitária	0,174	0,08	0,002
Marketing	0,130	0,054	0,001
Redução da Pobreza	0,130	0,081	0,000
Pegada Ecológica	0,087	0,041	0,000

mais ativas na rede, conforme mostra a Tabela 1. Em seguida, estão presentes o *turismo indígena*; *turismo* e *turismo de base comunitária*, todas com 0,696. Na sequência, com 0,609, *ecoturismo* e *ecoturismo indígena*, respectivamente.

Observa-se que *turismo indígena*; *turismo* e *turismo de base comunitária* (TBC) também são atores conectados a um grande número de outras abordagens teóricas, bem como, as temáticas *ecoturismo* e *ecoturismo indígena*. Quanto à centralidade geodésica, os temas *desenvolvimento sustentável* (0,448); *turismo sustentável* (0,445); *turismo* (0,441); TBC (0,428) e *ecoturismo indígena* (0,406) são considerados pontes teóricas, ou seja, estão ligadas a um grande número de outras teorias. São temas centrais, dado seu contato com outros atores na rede, como é possível observar na Tabela 1.

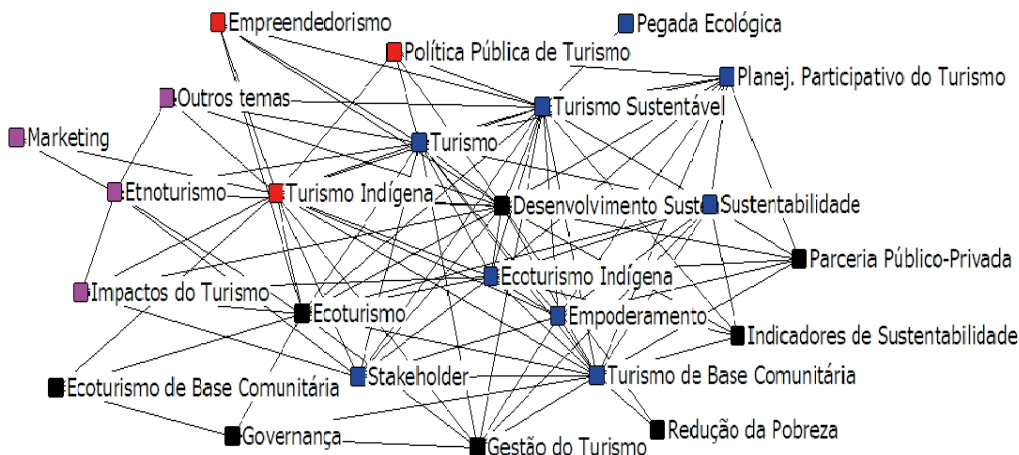
Quanto à centralidade de intermediação, apresentaram os maiores valores o *turismo sustentável* (0,175); *turismo indígena* (0,141) e *desenvolvimento sustentável* (0,135). O resultado indica que estas

abordagens teóricas apresentam-se como elos entre outros atores dispostos na rede, ou seja, são capazes de conectar outros temas que não estejam diretamente ligados. Por exemplo, o tema *turismo sustentável* é um elo entre a temática *pegada ecológica do turismo* e *desenvolvimento sustentável* (Tabela 1).

A Figura 4 é representação do conjunto de relações desta análise. Nesse contexto, foram identificadas cinco facções, ou seja, cinco diferentes grupos. Sendo um grupo central (cor preta) formado por *desenvolvimento sustentável*, *parceria público-privada*, *indicadores de sustentabilidade do turismo* e *redução da pobreza*. Uma segunda facção (azul) é formada por *turismo sustentável*, *turismo*, *turismo de base comunitária*, *ecoturismo indígena*, *planejamento participativo do turismo*, *stakeholder*, *empoderamento*, *sustentabilidade* e *pegada ecológica do turismo*.

O terceiro grupo (vermelho) envolve os temas *turismo indígena*, *empreendedorismo* e *política*

Figura 4. Mapa relacional e facções das teorias



pública de turismo; a quarta facção (cinza) é representado por *ecoturismo*, *ecoturismo de base comunitária*, *governança* e *gestão do turismo* e, por fim, o quinto grupo (rosa), onde estão presentes as discussões acerca do *etnoturismo indígena*, *marketing*, *impactos do turismo*, dentre outros temas.

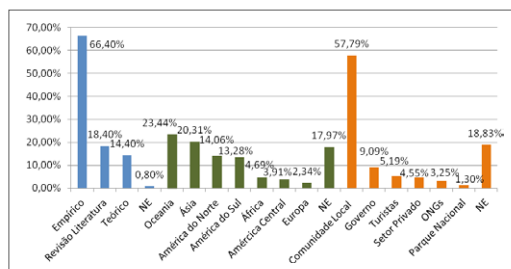
Vale ressaltar que alguns temas mais periféricos, que são os mais distantes dos centrais (por exemplo: *gestão do turismo*, *planejamento participativo do turismo*, *parceria público-privado* e *indicadores de sustentabilidade*) apareceram com diversos laços e, ainda que intermediados por teorias mais centrais, acabam se relacionando com *turismo sustentável* e *desenvolvimento sustentável*. Esse resultado está de acordo com diversos autores ligados à prática do turismo que afirmam ser de fundamental importância o planejamento do turismo, a elaboração e utilização de indicadores de sustentabilidade para melhorar a gestão do turismo, a participação da comunidade local no planejamento e monitoramento das atividade, e as parcerias que reúnem governo, iniciativa privada e comunidades (Douglas, 2006; Ruhanen, 2006; Lim e Cooper, 2009).

Quanto ao tipo de artigo, verificou-se que os esforços de publicação são maiores em termos empíricos (66,4%), o que pode indicar uma preocupação em conhecer a realidade do turismo indígena como parte de um campo de estudo. Já as revisões de literatura totalizaram 18,4% e os estudos teóricos compreenderam 14% dos artigos, conforme Figura 5 (cor azul).

A Figura 5 destaca na cor verde a distribuição geográfica das publicações. Parte expressiva dos artigos publicados é proveniente da Oceania

(23,44%), especificamente da Austrália e Nova Zelândia onde o turismo indígena se apresenta como um segmento consolidado, com forte apoio governamental e investimentos vultosos da iniciativa privada. Em seguida, se destaca a Ásia (20,31%) e as demais publicações estão representadas pela América do Norte (14,06%), seguida pela América do Sul (13,28%).

Figura 5. Tipo de artigo, distribuição geográfica e objeto de análise das publicações do campo



Nota-se também a participação da América do Sul, especificamente Chile, Colômbia e Guiana, cujas comunidades indígenas foram objeto de estudo de diversos artigos. No entanto, o percentual de publicações desses países não faz jus a importância das suas comunidades indígenas com iniciativas em turismo. O Brasil não aparece representado. A África, apesar de apresentar diversos casos de etnoturismo, foi mencionada em apenas 4,69% dos

artigos; a América Central em 3,91% dos casos, com destaque para o Panamá e, por fim, a Europa com 2,34%.

Quanto aos objetos de análise considerados nos artigos pesquisados, a Figura 5 mostra destacado na cor laranja, que grande parte dos estudos envolveu o termo *comunidade local* (indígena) onde o turismo é praticado (57,79%). Em seguida, com menos de 10% cada, estão *governo, turistas, setor privado, ONGs e parques nacionais*. Por fim, 18,83% não especificaram (NE).

5. Discussão

A análise da produção científica acerca da temática sobre o turismo indígena possibilitou diversas reflexões que reforçam a importância e permitem a proposição de uma Agenda de Pesquisa para este campo de estudo. A necessidade de uma agenda de pesquisa se deve em primeiro lugar ao nível incipiente desta área de estudo. Apesar das diversas iniciativas de turismo indígena espalhadas, poucas foram estudadas do ponto de vista da ciência da administração. Os estudos que abordam a questão são, em sua maioria, provenientes da área de antropologia, influenciados pelas atividades de órgãos governamentais responsáveis pela execução de políticas indigenistas. Dessa maneira, o turismo indígena como negócio capaz de possibilitar o desenvolvimento endógeno das comunidades, como colocam Lopez-Guzmán et al (2011), Butts; Singh (2010) e Kalson (2009), tem sido pouco explorado.

Outro motivo para a agenda de pesquisa é necessidade de interagir com pesquisadores dessa área em diferentes países para atuação conjunta, no intuito de identificarem-se similaridades históricas, culturais e ambientais.

O campo parece explorar o tema *desenvolvimento sustentável*, entretanto, a subárea desenvolvimento local permanece pouco mencionada. Alguns temas como *empoderamento e redução da pobreza* foram abordados em poucos artigos, cabendo um maior aprofundamento, tendo em vista sua relação com o desenvolvimento local sustentável. Já a área do *turismo*, foi desdobrada em três subáreas: *gestão do turismo, segmentação do turismo e turismo sustentável*.

Diversos temas com abordagem periférica nos estudos revisados foram alocados dentro das subáreas acima mencionadas, assim, recomenda-se o aprofundamento das pesquisas nesses temas. Por exemplo, *políticas públicas de turismo* é um tema que merece atenção dada à urgência de se criar uma política de turismo que contemple o turismo indígena como uma modalidade reconhecida; outro exemplo é o caso do *etnoturismo*, geralmente

mencionado como sinônimo de turismo indígena, quando na verdade, este último é uma modalidade de etnoturismo (Smith, 1989). Tais esclarecimentos precisam ser desfeitos com o objetivo de alcançar um melhor entendimento sobre estes conceitos.

O tema *pegada ecológica no turismo* é utilizado como indicador para comparar diferentes opções de hospedagem, transportes, lazer e alimentação, esclarecendo ao turista qual das opções é a mais sustentável ou ecológica, pode ser mais adequadamente explorado. Outro tema relevante e que tem recebido pouca atenção (no caso das pesquisas sobre turismo indígena), refere-se aos *impactos do turismo*, pois para desenvolver um turismo sustentável, é necessário monitorar constantemente os impactos, por meio de medidas preventivas e/ou corretivas visando à diminuição dos impactos negativos e a valorização dos positivos (OMT, 2004).

Por fim, o *ecoturismo de base comunitária*, que para Butts e Singh (2010) é uma forma de fazer com que as comunidades se envolvam e participem ativamente da gestão dos seus recursos ambientais e culturais e desenvolverem o ecoturismo como forma de incentivar a preservação destes recursos, da mesma forma, permanece pouco estudado.

6. Conclusões

Essa pesquisa teve como objetivo analisar a produção científica sobre o turismo indígena permitindo a compreensão do conhecimento da área de estudo do turismo indígena. Foram analisados os tipos de artigo, os periódicos, sua localização geográfica, bem como temas de maior relevância nos estudos.

A pesquisa explicita as relações entre os temas turismo, povos indígenas e o desenvolvimento sustentável. Verificou-se que na maior parte dos trabalhos, o conceito de desenvolvimento sustentável está presente, assim como turismo sustentável, o que mostra uma constante preocupação com a sustentabilidade indígena.

Com relação à agenda de pesquisa, a mesma se propõe a preencher algumas lacunas observadas na produção científica da área de turismo indígena. Ressalta-se que esses *gaps* indicam a possibilidade de expansão do campo de estudo de forma a ampliar e disseminar conhecimento, bem como caracterizam oportunidades de pesquisas e publicações futuras. Tais estudos poderiam ainda, subsidiar a elaboração de projetos e políticas públicas para a consolidação do turismo indígena como uma modalidade reconhecida pelo governo brasileiro.

Quanto às limitações deste estudo, pode-se ressaltar que não foram analisados os métodos de pesquisa, autores e afiliação. Como esperado,

não foram encontrados artigos de pesquisadores brasileiros publicados em nenhum dos periódicos analisados neste estudo. Como não faltam iniciativas de turismo indígena no País, pode-se inferir que os acadêmicos ligados à administração e turismo ainda não despertaram para esse assunto, talvez porque as questões indígenas ainda entendidas como territórios exclusivos dos antropólogos vinculados aos órgãos governamentais ligados à política indigenista.

Ressalta-se que um estudo bibliométrico poderia ainda relacionar os principais autores de uma área, bem como sua afiliação e relação com outros autores do campo, porém optou-se por não abordar tais características, que podem ser tópicos de pesquisas futuras. Para pesquisas futuras, sugere-se verificar a concordância e adesão de outros pesquisadores da área acerca da agenda proposta. Este artigo pretende, ainda, incentivar o aumento da publicação de pesquisas apresentando iniciativas de turismo indígena, que poderiam enriquecer o campo. Outra sugestão é a elaboração de pesquisa conjunta com pesquisadores internacionais da área.

O turismo indígena é uma modalidade de turismo importante não apenas pelo número crescente de iniciativas que estão surgindo como alternativas para o desenvolvimento econômico e social das comunidades indígenas e o fim da tutela estatal, mas também pelo que significa em termos ambientais e das culturas tradicionais que se mostraram ser apropriadas para a conservação dos ecossistemas.

Referências

- Alberton, A.; Barddal, R.; Campos, L. (2010). As dimensões e métodos de mensuração da sustentabilidade e o turismo: uma discussão teórica. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, São Paulo, 4 (2), 138-155.
- Araújo, C. A. (2006). Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. *Em Questão*, Porto Alegre. 12(1), 11-32.
- Barbieri, J.C.; Vasconcelos, I, F.G; Andreassi, T; Vasconcelos, F.C. (2010). Inovação e sustentabilidade: novos modelos e proposições. São Paul, *RAE*, 50(2).
- Binns, T.; Nelt, E. (2002). Tourism as a local development strategy in South Africa. *The Geographical Journal*, 168(3), 235-247.
- Butler, R.W. (1999). Sustainable tourism: a state-of-the-art review. *Tourism Geographies: an International Journal of Tourism Space, Plane and Environment*, 1(1), 7-25.
- Brasil. (2007). *Plano Nacional de Turismo 2007/2010 – Uma viagem de inclusão*. Brasília: Ministério do Turismo.
- Brandao, C. N., Barbieri, J. C., Reyes Junior, E. (2013). Desenvolvimento sustentável e turismo indígena: uma análise das oportunidades e limitações do turismo nas comunidades indígenas da reserva São Marcos - Roraima. *Revista Brasileira de Ecoturismo*. 6, 211-232.
- Butts, T.; Singh, S. (2010). Sustainable tourism as a tool for conservation and protection of the Amazon rainforest in Guyana? *Sustainable tourism*. 2(2), 173-185.
- Byrd, E. T. (2007). Stakeholders in sustainable tourism development and their roles. *Tourism Review*. 62(2).
- Cabezas, A. (2008). Tourism and Social Exclusion in the Dominican Republic. *Latin American Perspectives*, The Impact of Tourism in Latin America. 35(3), 21-36.
- CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. (1988). *Nosso futuro comum*. 2 ed. Tradução de Our common future. 1a ed. 1988. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas.
- CNUMAD. *Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento*. (1992). Rio de Janeiro, 3-14 jun. Disponível em: <http://www.un.org/geninfo/bp/enviro.html>, acessado em 23 de janeiro de 2012.
- Cordioli, S. (2001). *Enfoque participativo: um processo de mudança*. Porto Alegre: Gênese, 2001.
- Coriolano, L.N.M.T. (2003). Os limites do desenvolvimento e do turismo. *PASOS - Revista de Turismo y Patrimônio Cultural*. 1(2), 161-171.
- Fuller, D. et al. (2007). Poverty, Indigenous Culture and Ecotourism in Remote Australia. *Society for International Development*. 50(02), 141-148.
- Hinch, T.; Butler, R. (1996). *Indigenous tourism: A common ground for discussion*. London: International Thomson, Business Press.
- Hunter, C. (2002). Sustainable tourism and the touristic ecological footprint. *Environment, Development and Sustainability*. 4, 7-20.
- Lélé, S. (1991). Sustainable development: a critical review. *World Development*. London: Pergamon Press, 19(6).
- Lopez-Guzmán, T; Cañizares, S.S.; Pavón, V. (2011). Community-based tourism developing countries: A case study. *Tourismos: An International Multidisciplinary Journal of Tourism*. 6(1), 69-84.
- Kalson, K. (2009). The Nature of Cultural Contribution of a Community-based Homestay Programme. *Tourismos: An International Multidisciplinary Journal of Tourism*. 5(2), 145-159.
- Maldonado, C. (2009). O turismo rural comunitário na América Latina. In: *Turismo de Base Comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Bartholo, Sansolo e Bursztyrn (orgs), Rio de Janeiro: Letra e Imagem.

- Neto, F. (2003). A new approach to sustainable tourism development: moving beyond environmental protection. *Natural Resources Forum*, 27, 212-222.
- Oliver, A.L.; Ebers, M. (1998). Networking network studies: an analysis of conceptual configurations in the study of inter-organizational relationships. *Organization Studies*, 19, 549-583.
- OMT - Organização Mundial do Turismo. (2001). *Introdução ao turismo*. São Paulo: Roca.
- OMT/PNUMA. (2002). *Documento Conceitual – Ano Internacional do Ecoturismo*. OMT.
- OMT – Organização Mundial do Turismo. (2004). *Servicio de cooperación técnica de la OMT*.
- OMT – Organização Mundial do Turismo. (2005). *Tourism highlights*, 2005 edition. WTO: Madrid, 2005. Disponível em: <<http://www.world-tourism.org/facts/wtb.html>>. Acesso em 28 de agosto de 2009.
- Saarinen, J. (2006). Traditions of Sustainability in Tourism Studies. *Annals of Tourism Research*, 33 (4), 1123-1125.
- Sachs, I. (2000). *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Sachs, I. (1993). *Estratégias de transição para o século XXI – Desenvolvimento e Meio Ambiente*. São Paulo: Studio Nobel – Fundação para o desenvolvimento administrativo, 1993.
- Simpson, M.C. (2008). Community benefit tourism initiatives: A conceptual oxymoron? *Tourism Management*, 28, 1-18.
- Snow, S. G. (1998). Pathways in the periphery: tourism to indigenous communities in Panama. *Latin American Studies Association*. Chicago, September.
- Swarbrooke, J. (2000). Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental. Vol.1. Tradução de *Sustainable tourism management*. Oxon: CABI. São Paulo: Aleph.
- Smith, T. Welfare, enterprise, and aboriginal community: the case of the western australian kimberley region. *Australian Economic History Review*, v. 46, n. 3, 2006.
- UNEP. (1992). *Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano*. Rio de Janeiro, 3-14 jun. 1992. Disponível em: <http://www.unep.org/Documents.Multilingual/Default.asp?DocumentID=97&ArticleID=1503&l=en>, acessado em 23 de janeiro de 2012.
- UNWTO. (2005). *Making tourism more sustainable: a guide for policy makers*. United Nations Environment Programme and World Tourism Organization. France; Spain.
- United Nations (UN). (2008). *Cuenta satélite de turismo: Recomendaciones sobre el marco conceptual - 2008*. New York.
- Wasserman, S.; Faust, K. (1994). *Social Network Analysis: Methods and Applications*. Cambridge University Press. Cambridge: Author.
- Weaver, D. (2010). Indigenous tourism stages and their implications for sustainability. *Journal of Sustainable Tourism*, 18(1), 43-60.

Recibido: 16/03/2012
 Reenviado: 15/01/2014
 Aceptado: 17/03/2014
 Sometido a evaluación por pares anónimos